

Projeto de habitação social para a comunidade da Favela da Linha na Vila Leopoldina

Catherine Otondo*, **Jorge Pessoa****, **Marcia Grosbaum***** e **Marina Grinover******

Social housing project in Favela da Linha community - Vila Leopoldina

RESUMO: O trabalho apresenta a metodologia de projeto de arquitetura e desenho urbano utilizada para desenvolver soluções urbanísticas para a comunidade da Favela da Linha, em São Paulo. Com base na análise do exíguo espaço coletivo e urbano remanescente da ocupação da favela, e da configuração das relações sociais apreendidas pela convivência dos arquitetos com a comunidade, elaboraram-se dois projetos de arquitetura. Um baseado nas normas de zoneamento de Zeis, conforme descritas no Plano Diretor de 2002, e outro que é fruto de experimentações feitas pela aproximação do desenho dos espaços públicos e coletivos, das virtudes e características das relações sociais existentes que unem essa comunidade.

Palavras-chave: projeto de habitação social, desenho urbano, cultura urbana, Instituto Acaia, Vila Leopoldina.

ABSTRACT: This work is about the methodology used to elaborate an architectural project to the community of the Favela da Linha in São Paulo. Throughout the analysis of the exiguous public space left in the favela, and the shaping of the social relationships of the community, the architects could develop two projects. The first based in the zoning laws for social housing as it's described in the city's Master Plan of 2002, and the second based on the experimentation of approaching the shape of the public space and the virtues and qualities of the social relationships that ties this community together.

Keywords: social housing project, urban design, urban culture, Acaia Institute, Vila Leopoldina.

* Catherine Otondo é mestranda pela FAU-USP.

** Jorge Pessoa é mestre pela FAU-USP e professor da Escola Panamericana.

*** Marcia Grosbaum é mestranda pela FAU-USP.

**** Marina Grinover é mestranda pela FAU-USP e professora da Escola da Cidade.

Introdução

Este trabalho foi apresentado no III Seminário do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo da USJT em agosto de 2009. A mesa de discussão da qual participamos tinha como tema a atividade de projeto relacionada ao assunto geral do seminário, Cidade e Indústria: Ações Contemporâneas. Nossa apresentação procurou expor o ponto referencial de um trabalho de desenho urbano que nasceu do processo de vivência local, desvinculado das ações públicas, e teve como objetivo incluir uma população de baixa renda nas condições de moradia popular da cidade formal.

Atender às necessidades ambientais de quem mora na favela era o desafio do grupo de arquitetos e urbanistas que participaram dessa equipe multidisciplinar de apoio à ação social do Instituto Acaia.

Nosso trabalho fundamentou-se na vivência, por intermédio dessa instituição, das questões da habitabilidade urbana postas pela comunidade. Nossos conceitos foram também extraídos do diálogo com o Acaia e a Sehab, que naquele momento abria espaço para que arquitetos propusessem as premissas de projeto.

Focamos, principalmente, as questões de desenho, pautados no entendimento do espaço coletivo, de seus valores físicos e culturais, das oportunidades que os moradores têm de compartilhá-lo e dividi-lo. Chegamos a dois projetos arquitetônicos, que buscaram incorporar as redes sociais existentes, respeitando a dinâmica que elas apresentavam. Eles foram fruto de um tempo de maturação projetual que foi vivido por três anos, das primeiras conversas até os desenhos que publicamos aqui.

A Vila Leopoldina

O bairro da Vila Leopoldina fica na Zona Oeste da cidade de São Paulo e historicamente se configurou como uma zona industrial, em função da construção do Ceagesp no final da década de 1960 (Figura 1). Nos últimos anos vem sofrendo grandes transformações urbanas, fruto do deslocamento das indústrias para outras regiões e da chegada do mercado imobiliário, que aproveita as grandes glebas ali existentes para empreendimentos condominiais.



Figura 1 - Mapa de localização da Vila Leopoldina em São Paulo com os equipamentos urbanos. Em vermelho as favelas da Linha e do 9, em laranja o conjunto Cingapura, em rosa a área de Zeis (Zona especial de interesse social). Fonte: EASP

A Vila Leopoldina é um bairro consolidado do ponto de vista da infraestrutura urbana, com muitas qualidades, como a boa rede de transporte, parques e escolas públicas, posto de saúde e o próprio Ceagesp, com sua rotina de mercado de alimentos.

No entorno imediato do Ceagesp estão as comunidades das favelas da Linha, do Nove e do Conjunto Habitacional Cingapura Madeirit, que totalizam aproximadamente 900 famílias. Elas estão próximas desses equipamentos institucionais, como escolas, posto de saúde, locais de trabalho, mas, paradoxalmente, não conseguem desfrutá-los em momentos de lazer, no tempo livre, pois ficam confinadas na favela. Essa população sofre assim uma pressão forte para abandonar o bairro, agora valorizado, e liberar as áreas que ocupam. Nosso trabalho tem o objetivo de garantir a fixação desta população, com a construção de moradias para ela no bairro.

O tecido urbano revela claramente as transformações do uso do solo no bairro: a zona industrial com as grandes glebas, os bairros de zoneamento estritamente residencial, arborizados, as novas zonas de alta densidade, o confinamento das áreas de classe baixa, com lotes menores e favelas, a consequente diminuição da zona industrial. Um cenário que demonstra o poder do mercado imobiliário, na medida em que propõe o adensamento das áreas industriais e desconsidera a possibilidade de manutenção da diversidade social existente, pois não prevê zonas para ocupações de baixa renda. A única Zeis (Zona Especial de Interesse Social) definida pelo Plano Diretor de 2002 está hoje liberada para um grande empreendimento imobiliário.

○ Instituto Acaia

O Acaia é um conjunto de *ateliers* que há 11 anos oferece atividades pedagógicas e artísticas para as crianças das favelas da Linha e do Nove e do Conjunto Habitacional Cingapura Madeirit, em que se abrigam 630 famílias em habitação precária e 360 no conjunto habitacional (Figura 2).

Acima de tudo, o trabalho do Instituto está fundamentado no acolhimento e no amparo emocional e social dessa população, como forma de contribuir na concretização de sua autonomia e a preparação para o mercado de trabalho. Por meio dos *ateliers* de arte e educação, o Acaia está transformando a capacidade desses jovens de enfrentar as dificuldades de seu cotidiano e proporcionando caminhos alternativos para suas vidas.



Figura 2 - imagem da atividade do Acaia na praça da favela. Fonte: Instituto Acaia

Hoje o Instituto atende 216 crianças e 60 adultos. O acolhimento, no início, focava apenas nas atividades artísticas, mas, com o tempo, passou também a amparar questões das famílias relacionadas com alimentação e saúde, assistência jurídica, pedagógica, familiar. Hoje tem a consciência que envolver-se com a qualidade do espaço urbano é fundamental para a efetiva ação que desenvolve.

Foi assim que há três anos nasceu esta equipe multidisciplinar, convidada pelo Instituto para pensar em como transformar o espaço da favela e garantir para aquelas pessoas o direito de moradia no bairro onde habitam, estudam e trabalham.

A Favela da Linha

A Favela da Linha nasceu sobre um ramal da Fepasa que abastecia as empresas Votorantim na década de 1960.

Ocupando os vagões, trilhos e faixas de servidão, ela está em um lote de 18 m de largura por 320 m de comprimento junto da Marginal do rio Pinheiros. A população, hoje, é de aproximadamente 360 famílias dispostas em barracos de madeira e blocos ao longo de uma linha de espaço livre que percorre toda a extensão do lote (Figura 3). Há uma situação social precária, de violência, prostituição e drogas em que convivem crianças e adultos, mas, apesar disso, existem famílias que moram ali há quase quatro décadas, num frágil equilíbrio que o trabalho do Acaia procura transformar por meio da promoção de costuras sociais, de vivências que vão construindo uma história de aumento no bem estar.

Em 2006 o Instituto Acaia coordenou a abertura do processo jurídico de usucapião do lote da Linha, que ainda está em curso, para garantir a propriedade da terra. Este foi o primeiro passo para que o poder público se envolvesse com questões de infraestrutura urbana e moradia no lote da favela. Neste processo fundou-se a associação de moradores e nasceu um primeiro movimento de autonomia dessa população para gestão de seu cotidiano coletivo.

O trabalho da arquitetura nesse processo

Nosso campo de atuação está estruturado em dois eixos de trabalho, caracterizado pelo diálogo com o grupo do Acaia, pelas ações mobilizadas, pela reflexão em torno das questões vividas com a comunidade, seja na formulação de pautas de trabalho, seja na incorporação de potencialidades, capacidades e virtudes das relações sociais já estabelecidas:

Eixo 1. Amparo às transformações das rotinas na favela e das problemáticas vinculadas ao espaço coletivo e público em função das iniciativas do Acaia e da comunidade. Com pequenas iniciativas que nascem espontaneamente das conversas com os moradores, a equipe dá concretude no espaço às demandas apresentadas. Seguem aqui alguns exemplos:

a) o banco (Figura 4) – em função do debate na aula de marcenaria sobre os equipamentos públicos, nasceu a ideia de refazer os bancos da praça no Conjunto Cingapura. Experimentando um processo de trabalho coletivo e originário do olhar e da capacidade dos moradores, o grupo levantou a praça, desenhou e executou os bancos.

b) a praça (Figura 5) – o Instituto Acaia, depois de um incêndio na Favela do Nove, resolveu investir e criar um “posto avançado” dentro da favela, com o objetivo de acolher crianças menores que 7 anos

Figura 3 - Vista geral da favela da linha.
Fonte: Instituto Acaia

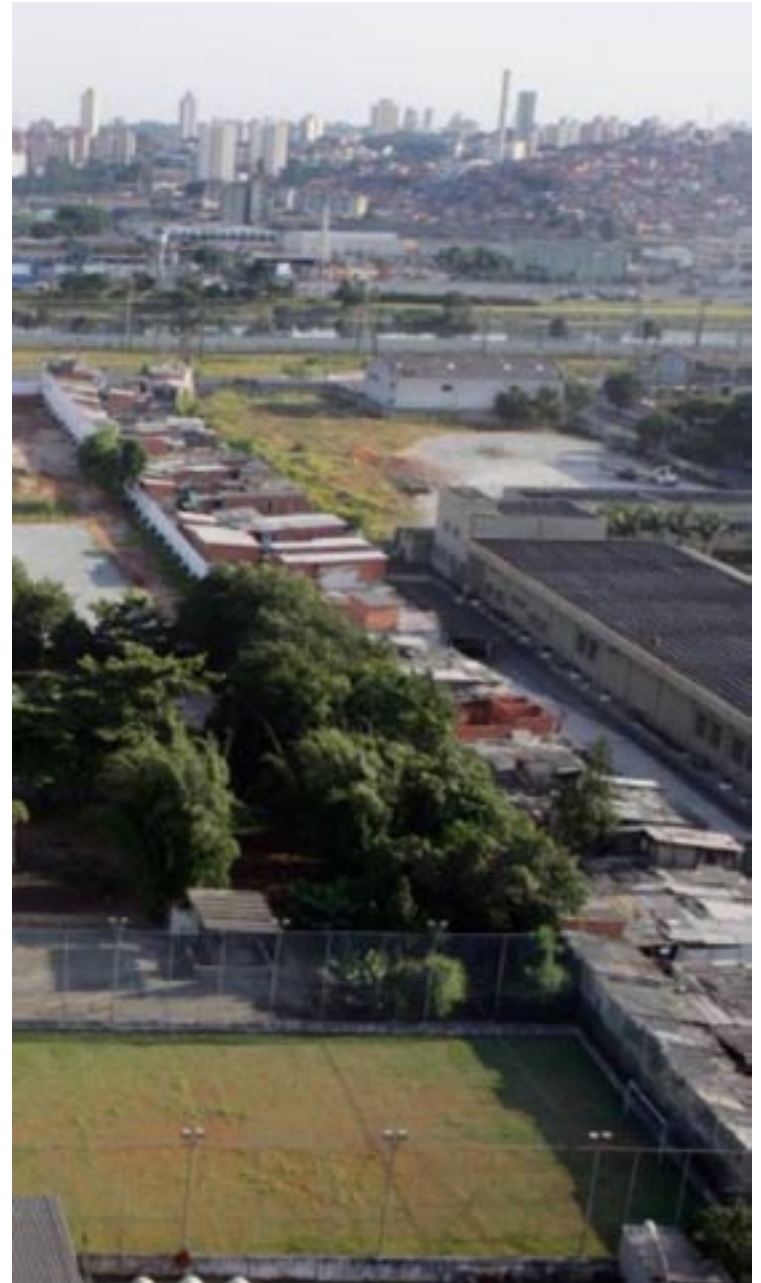


Figura 4 - Foto do banco feito pela comunidade para a praça no Conjunto habitacional do Cingapura. Fonte: Instituto Acaia



Figura 5 - Foto da praça na favela do 9 criada com a comunidade junto do barraco do Atelier Acaia. Fonte: Instituto Acaia



e aproximar-se dessa comunidade que estava mais distante e que sofre com os pontos de droga junto ao Portão 9 do Ceagesp. Ao lado do barraco adquirido para os *ateliers*, havia um espaço vazio com lixo e entulho, e durante a ocupação nasceu a ideia de criar ali uma praça para as crianças e para as mães conversarem, para os moradores estarem ao ar livre perto de casa.

c) o esgoto e o lixo (Figura 6) – em 2005 a Favela da Linha sofreu as consequências de uma enchente que destruiu vários barracos. Esta foi a gota d'água para a entrada com o processo de usucapião. Tendo iniciado o processo de confirmação da propriedade, foi possível solicitar a canalização do esgoto e de águas pluviais junto à Sabesp. Apesar dos transtornos da obra, hoje todos os barracos estão conectados à rede pública, e a viela foi asfaltada no final da obra em 2009. O resultado foi surpreendente: a favela não tem mais mau cheiro, as pessoas passaram a cuidar das áreas externas, a criar espaços de estar e encontro, as crianças podem brincar de correr e bicicleta. E o mais impressionante: a organização e a limpeza do espaço público motivaram os moradores a cuidar dos barracos e da limpeza dentro das casas. Nos finais de semana aconteceram mutirões de faxina e houve até alguns moradores que pintaram a fachada e as portas das casas. Engatado no movimento dos moradores pela limpeza, o Acaia organizou lixeiras coletivas e individuais. Criou-se uma oportunidade de as pessoas resolverem por si mesmas uma questão coletiva vivenciando a cooperação e a colaboração.



Figura 6 - Foto da viela da favela da linha asfaltada depois da canalização do esgoto pela Sabesp, limpeza e cuidado também para dentro dos barracos. Fonte: Instituto Acaia

Ao acompanhar esses trabalhos, pudemos aprender a dialogar com a população, entrando em contato com a natureza de suas problemáticas e das soluções encontradas para ocupar e dividir o espaço. A vivência do dia a dia dos problemas coletivos abriu-nos a possibilidade de perceber virtudes do espaço e da convivência em comunidades tão precárias e densas. Este aprendizado tornou-se fundamento para as oportunidades de projeto de arquitetura.

Eixo 2. Inclusão da população e da área em programas públicos para moradia e urbanização.

Desde o começo dos trabalhos estabelecemos como um dos objetivos incluir a população na formalidade social e urbana. Assim, procurar viabilizar a participação em programas públicos tornou-se uma tarefa permanente.

Em 2007 o Ministério das Cidades abriu um programa de subsídios para equipes técnicas desenvolverem projetos voltados para atender a demandas apontadas nos planos diretores. Esta iniciativa foi ao encontro de situações vividas por comunidades que já tinham algum tipo de organização, mas que não estavam atendidas pelo poder público local. Era exatamente o caso da população das favelas em questão: cadastradas na prefeitura, não estavam incluídas efetivamente em nenhum plano de curto prazo para melhoria da habitação. Com este programa, pudemos estruturar um discurso para o poder público e iniciar a busca por um espaço de diálogo.

Fizemos no entorno um levantamento dos terrenos públicos com baixa ocupação; estudamos densidades possíveis que acomodassem a totalidade da população das favelas, 630 famílias; e um programa de atividades que contemplasse a habitação fundida a outros usos, como serviços e comércio local, assistência e acolhimento aos moradores de rua, espaço para as atividades de reciclagem de lixo, centros de oficinas para as crianças. Apresentamos este estudo a representantes tanto das empresas e instituições proprietárias como do poder público, com a intenção de sensibilizar um grupo maior da comunidade do bairro. Isso resultou num processo lento de mobilização, que ainda está em andamento (Figura 7).

Em 2008 inscrevemos as iniciativas de melhoria do espaço público, formuladas em conjunto com a população, no Prêmio Urban Age 2008 e fomos premiados. Graças à visibilidade conquistada nessa ocasião, abriu-se a possibilidade de uma colaboração mais direta com a Sehab.

Nos meses de 2009 desenvolvemos um estudo preliminar conforme o termo de referência para projetos de habitação de interesse social elaborado pela Sehab, e o resultado apresentamos a seguir.

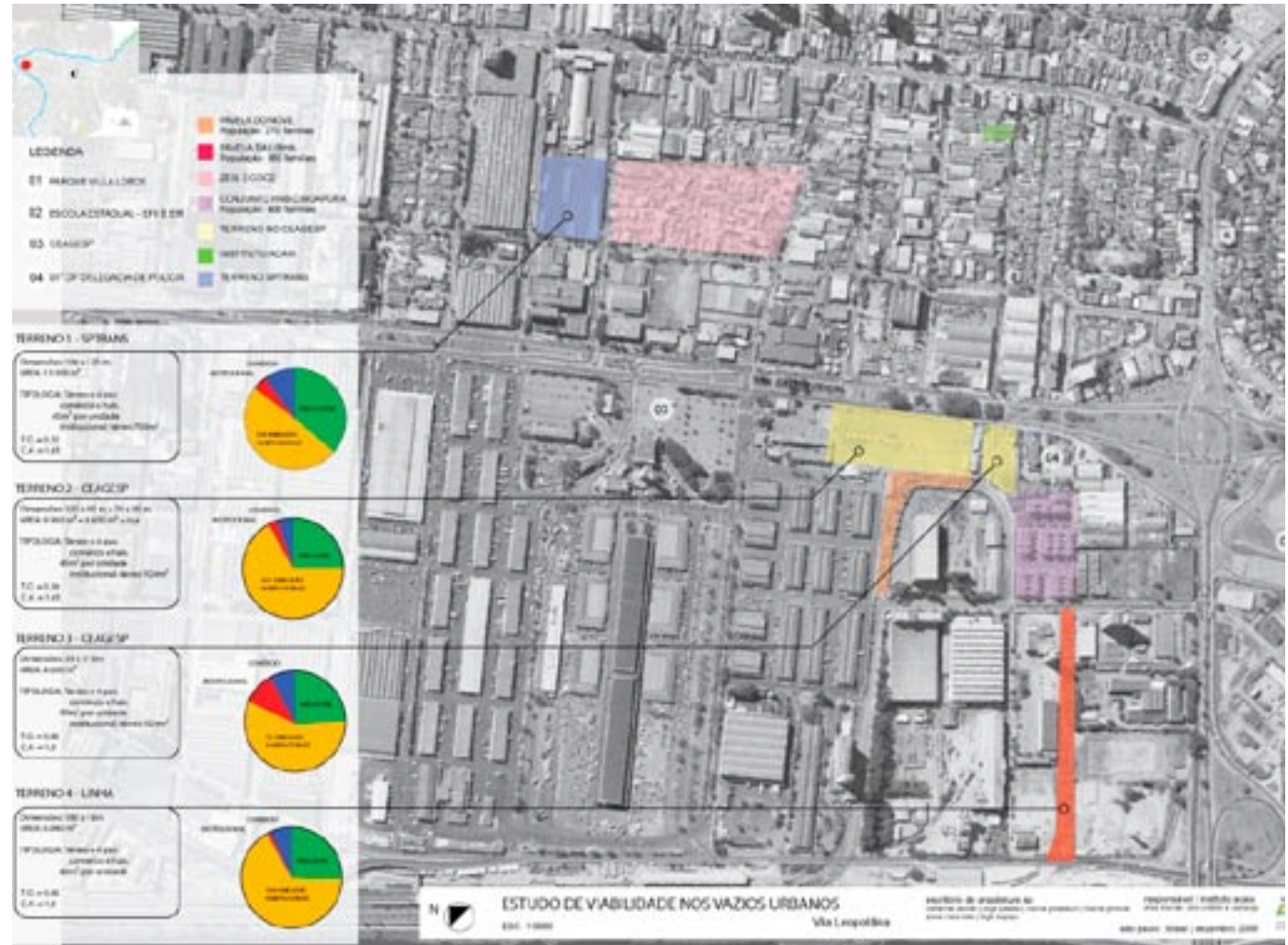


Figura 7 - Mapa de localização de vazios públicos que poderiam ser urbanizados para habitação popular. Fonte: EASP

Nossa metodologia de trabalho partiu do levantamento de demandas da população, das virtudes encontradas nas relações sociais, das capacidades dos moradores de compartilhar questões coletivas e dos problemas ambientais que as construções desordenadas e precárias acarretam. Este levantamento foi fruto do diálogo com o Instituto Acaia, das análises da implantação do Cingapura e dos depoimentos da população durante os momentos de convivência.

Os moradores da favela, apesar de muitos estarem na informalidade, estão inseridos no mercado de trabalho, e, mesmo com a rotina de violência e do poder do tráfico de drogas, as crianças estão matriculadas nas escolas da região. As famílias em sua maioria são pequenas, com até 3 membros; existem algumas, porém, muito grandes, com 9 ou 10 pessoas. A situação familiar é precária, constatando-se que 70% dos adultos estão ou estiveram encarcerados, e há sempre notícias de violência familiar.

Como resumo dessa análise, pudemos definir o que chamamos de virtudes do espaço externo: pequenas áreas livres privadas, coletivas ou públicas tornam-se espaço para a convivência, sendo mais bem recebidas se tiverem sol ou forem cobertas. As áreas externas são compartilhadas por um grupo de 2 a 4 famílias, que fazem uso de equipamentos como lavanderia, cozinha, quintal, varal (quaradouro), guarda bicicleta. A favela tem uso misto, ali não há só habitação, como no conjunto habitacional: espaços para comércio e serviços cotidianos estão na frente ou no térreo dos barracos. A pesquisa também elencou os problemas ambientais do espaço externo, que o projeto procurou resolver: a alta densidade torna o espaço de circulação exíguo, desproporcional, escuro. Falta área verde e permeável, o que, com a baixa declividade da via e a falta de dispositivos de drenagem, em dias de chuva provoca pontos de alargamento. Não existem locais para estacionar bicicletas ou carrinhos, e muitas vezes eles obstruem a passagem. Há falta de espaço para depósito de lixo e para correio.

Nossa análise também verificou as questões suscitadas pelo espaço interno dos barracos e constatamos os seguintes pontos: as construções são muito precárias, praticamente não há qualidade ambiental nenhuma, mas o fato de que as portas das casas estão diretamente voltadas para a via acaba, em muitos momentos, expandindo o espaço de convivência interno para o exterior. Assim se abre a oportunidade para a convivência entre famílias, a execução das tarefas domésticas e o amparo às crianças ocorrerem ao mesmo tempo. Falta luz natural e ventilação em praticamente todos os barracos. A alta densidade de ocupação é prejudicial ao conforto e à salubridade ambiental. Faltam armários, muitas vezes a família tem TV, som, equipamentos, mas não tem armário para louça ou roupas; os banheiros não têm instalações sanitárias adequadas, sendo muitas vezes abertos para a cozinha ou a sala.

O projeto para a Sehab

O projeto de arquitetura estabeleceu, então, suas premissas principais com base no levantamento acima descrito: criar espaços livres, criar espaços de convivência diversificados, projetar diferentes tamanhos

de unidades, incluir a diversidade de usos, propor um sistema construtivo de uso padrão no mercado de habitação popular, oferecer unidades com acessibilidade universal, atender ao programa público para urbanização de favelas e às normas de Zeis.

Optamos por verticalizar o conjunto: os edifícios teriam 4 pavimentos, e com isso pudemos liberar área para o espaço público, a rua e a praça. Procuramos atender o máximo possível a população existente de 360 famílias, mas, em obediência às normas da Sehab, o terreno permite 9 prédios com 20 apartamentos, num total de 180 unidades, mais uma rua de acesso com 6 m de largura (Figura 8). Para estes 9 edifícios pretendemos otimizar as boas soluções arquitetônicas quanto à disposição da circulação, a ventilação cruzada e a iluminação. Diante da geometria do lote foi natural pensarmos que o edifício deveria ser o mais longilíneo possível, mas sem criar grandes corredores. As unidades do térreo têm acessibilidade universal, e algumas são voltadas para o comércio e as atividades sociais do condomínio.

A escada para cada 4 unidades pareceu-nos ter a relação entre custo e benefício mais eficiente e vinha a calhar, partindo-se da ideia pressuposta de que as famílias dividissem áreas de serviço e depósito nessa proporção (Figura 9). Assim nasceu o corredor avarandado, alargado, que permite criar uma lavanderia externa compartilhada por duas famílias. Esta disposição criou uma hierarquia dos espaços coletivos ou públicos muito frutífera. Na unidade procuramos otimizar as instalações hidráulicas, e as janelas são todas iguais, variando apenas o uso da veneziana nos dormitórios. O sistema construtivo proposto para o corpo das unidades é a alvenaria estrutural, rasgada de piso a teto por janelas; empregando-se, para as circulações, seja no caso da escada ou das varandas, o concreto armado, que também dá conta do apoio das caixas d'água (Figura 10).

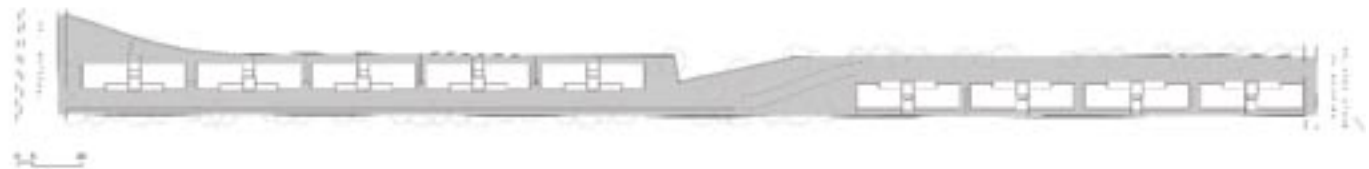


Figura 8 - Implantação do conjunto habitacional. Fonte: EASP

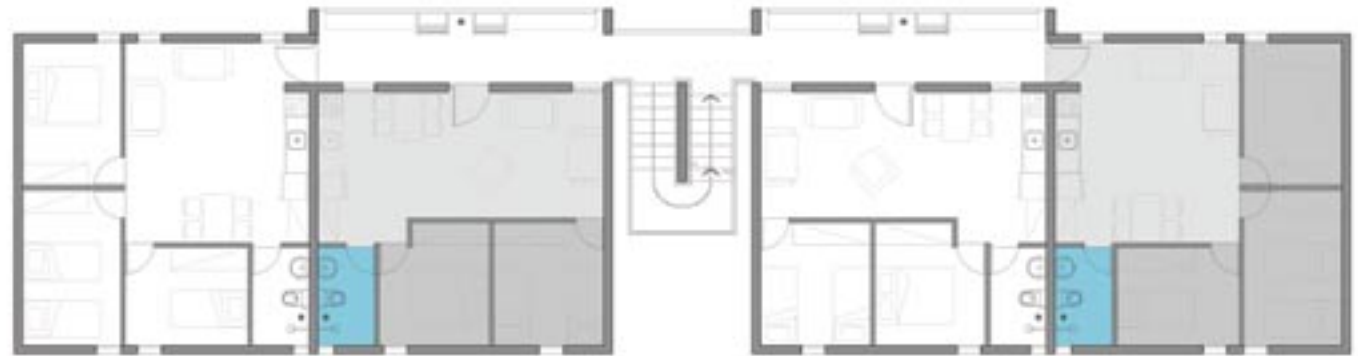


Figura 9 - Planta do pavimento tipo.
Fonte: EASP



Figura 10 - Vista do conjunto. Fonte:
EASP

Após a conclusão dessa experiência, fizemos um exercício crítico de reflexão diante das dúvidas que surgiram durante a elaboração do projeto (Figura 11). Da experiência anterior pudemos extrair as virtudes de criarmos espaços de sociabilidade, em escalas que vão do menor, mais próximo à entrada da casa, até o maior, mais perto da rua. Mas foram geradas muitas dúvidas quanto às questões do espaço público, na comparação com a implantação do Cingapura, cujas áreas livres não favorecem a convivência saudável (Figura 12). Dúvidas como: será que estamos preservando as relações sociais constituídas na favela? Será que o edifício, mesmo avarandado, porque verticaliza as casas, é a solução mais adequada para esses espaços coletivos tão vitais para as relações sociais e familiares? Será que a passagem para o espaço público e seu desenho acomodam as escalas dos espaços de convivência, na medida em que eles acontecem? Nosso desenho dá oportunidade para a comunidade apropriar-se do espaço livre?



Figura 11 - Vista do ingresso, edifícios alinhados à rua interna. Fonte: EASP



Figura 12 - Vista dos edifícios do Cingapura vazios, ocupados com entulho ou privatizados pelos moradores. Fonte: EASP

Concluimos que o problema era de escala. De relação entre o tamanho do vazio e a escala das relações sociais. Também de escala de passagem entre o privado e o público, que tem de ser mais escalonada, diversificada; para acomodar as instâncias de relacionamento social existentes e promover novas. Na busca por um desenho mais próximo como resposta aos estudos já realizados e à experiência de projeto para a Sehab, apresentamos a seguir um exercício conceitual que desenvolvemos recentemente.

Exercício conceitual de projeto

O conceito principal para este projeto foi a integração dos espaços. Ao incorporar o aprendizado de nossas vivências, procuramos preservar as virtudes e resolver os problemas do espaço precário. Potencializamos os espaços de convivência integrando as áreas coletivas e públicas, e criamos um módulo construído que permitisse arranjos diferentes (suas dimensões são de 5 x 5 m, com pé direito de 2,80 m). Os arranjos acontecem na transversal, longitudinal do terreno ou na vertical; cada unidade tem 2 módulos e uma área externa privada de 5 x 2,5 m (Figura 13). Propomos um sistema construtivo pré-fabricado integral ou utilizando elementos pré-fabricados e modulares. Valorizamos o conforto ambiental interior e exterior, priorizando janelas e portas, bem como a orientação das uni-



Figura 13 a e b - Implantação dos módulos no nível do térreo formando praças e uma circulação pública central. Fonte: EASP



dades e a densidade entre espaço construído e vazio (Figura 14). Procuramos possibilitar a diversidade de usos, integrando a vida residencial a serviços e comércio de âmbito local. Valorizamos a circulação coletiva ao criar percursos diferentes, passagens, pontes (Figura 15). Também investimos na liberdade de ocupação, oferecendo um espaço livre: a casa tem infraestrutura mínima e poderia ser dividida conforme a conveniência e a necessidade de cada família (Figura 16).



Figura 14 a e b - Implantação dos módulos no nível do primeiro pavimento permitindo as varandas individuais e coletivas. Fonte: EASP

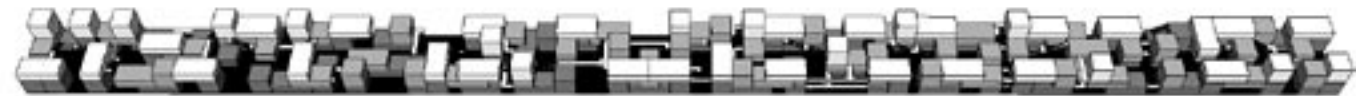


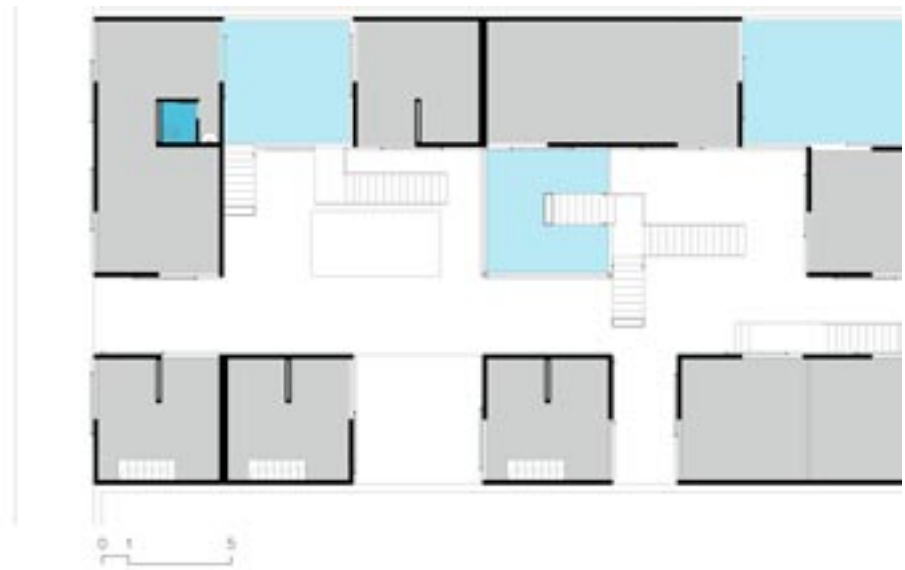
Figura 15 a e b- Implantação dos módulos no nível do segundo e terceiro pavimentos com as escadas e passagens de acesso às unidades. Fonte: EASP



Assim nasceu esse conjunto, amparado na lei de vilas, implantado em arranjos de unidades acessadas por até três pavimentos de escada. Como o módulo é metade de uma casa e sua ocupação resulta em áreas livres de 3 a 8 m de largura, foi possível dispor as casas nas três direções e criar a diversi-



Figura 16 a e b - Plantas dos pavimentos revelando a flexibilidade dos espaços internos e os acessos a cada unidade num trecho do conjunto.
 Fonte: EASP



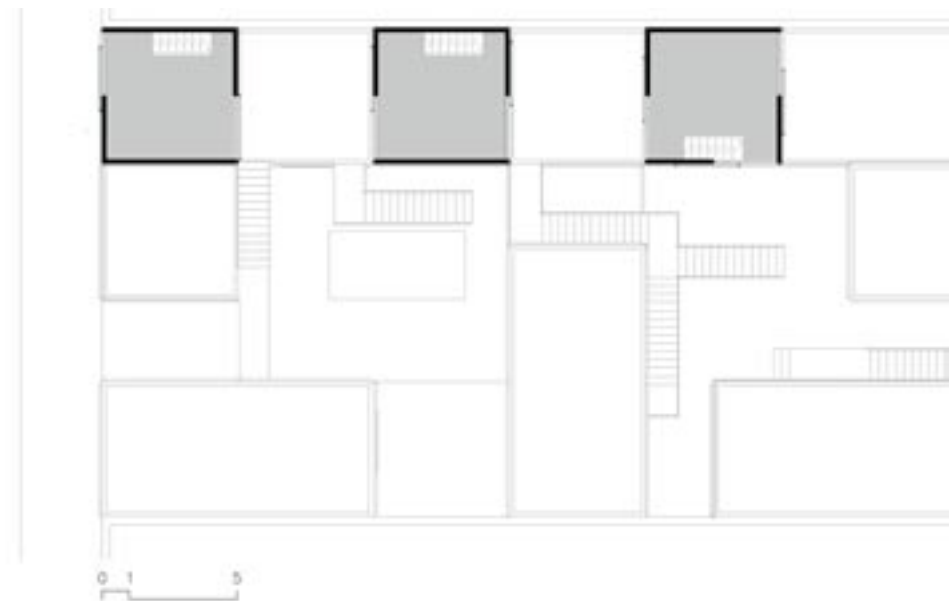


Figura 16 c e d - Plantas dos pavimentos revelando a flexibilidade dos espaços internos e os acessos a cada unidade num trecho do conjunto.
Fonte: EASP

dade de espaços livres. No total, criamos 150 residências (Figura 17). A implantação começou com o desenho do espaço livre. Primeiro no térreo, depois no primeiro pavimento, depois no segundo e no terceiro. O conjunto assim hierarquiza os vazios em espaços públicos ou coletivos e privados (Figura 18). Garantindo a coexistência desses lugares, atingimos uma densidade entre cheios e vazios que manteve ventilação e insolação adequada para praticamente todas as fachadas. As portas e janelas, generosas, também têm a função de promover outra instância de integração: entre o dentro e o fora, o estar coletivo e o privado, simultaneamente (Figura 19). Todas estas ações construtivas no fundo visam a integração e o diálogo, pontos de partida fundamentais para a qualidade de vida urbana (Figura 20).



Figura 17 - Vista do ingresso do conjunto. Fonte: EASP



Figura 18 - Vista superior mostrando os pátios, varandas, jardins, acessos internos do conjunto e sua diversidade de espaços. Fonte: EASP

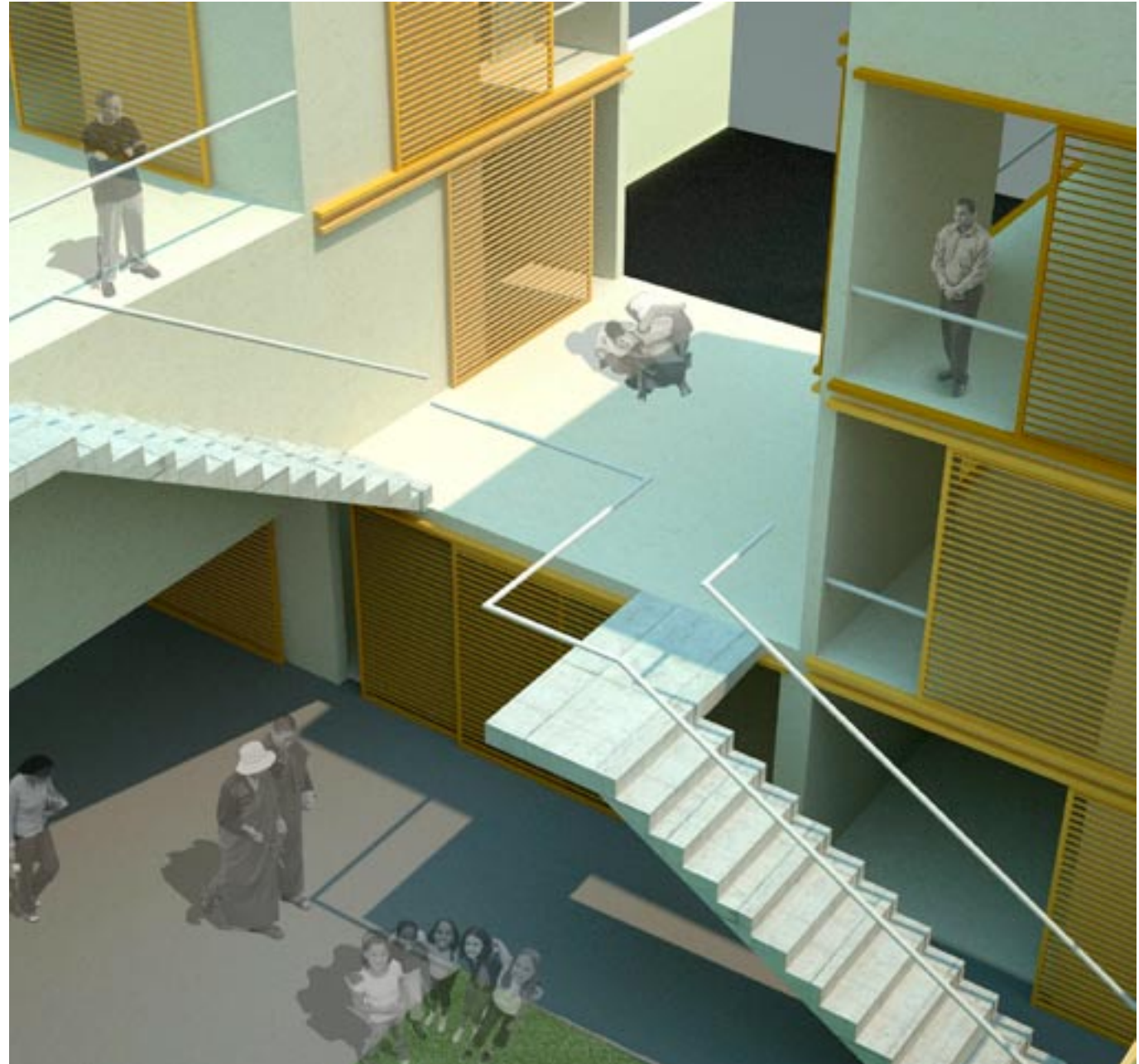


Figura 19 - Vista da circulação no térreo e das francas aberturas das unidades. Fonte: EASP



Figura 20 - Vista do conjunto. A proposta valoriza a diversidade de espaços que pode ser povoada pela vida cotidiana. Fonte: EASP

Referências bibliográficas

CARVALHO, J. P. *A tipologia dos edifícios de apartamentos e sua relação com o tecido urbano da cidade: um estudo de suas transformações nos últimos 40 anos*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008

FRENCH, H. *Os mais importantes conjuntos habitacionais do século XX*. Porto Alegre (RS): Bookman, 2009.

SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo. *Termo de referência para projetos de urbanização de favelas*. São Paulo: Sehab, 2007.

_____. *Urbanização de favelas: a experiência de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

Equipes de trabalho

Instituto Acaia: Elisa Bracher, Ana Cristina Camargo, Olga Maria Aralhe

EASP – Escritório de Arquitetura SP: Catherine Otondo, Jorge Pessoa, Marcia Grosbaum, Marina Grinover

Equipe de trabalho de arquitetura: Joana Maia Rosa, Luis Rodrigues, Regis Sugaya

MB Advogados: Theotonio Monteiro de Barros